

Procedimento de Comercialização

PdC ME.07

**APURAÇÃO DE NÃO-CONFORMIDADES E PENALIDADES DE
MEDIÇÃO**



ccee

Câmara de Comercialização
de Energia Elétrica

Versão: 2

Início de Vigência: 23.02.2010

**Instrumento de Aprovação: Despacho ANEEL nº 391, de 22 de fevereiro de
2010**



| CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA | | |
|--|----------------------------------|----------|
| CÓDIGO PdC ME.07 | INÍCIO DE VIGÊNCIA 23.02.2010 | Versão 2 |
| NOME APURAÇÃO DE NÃO-CONFORMIDADES E PENALIDADES DE MEDIÇÃO | | |

ÍNDICE

| | |
|---|----|
| 1. APROVAÇÃO | 3 |
| 2. HISTÓRICO DE REVISÕES | 3 |
| 3. PROCESSO ORIGEM | 4 |
| 4. NOME E CÓDIGO DO PROCEDIMENTO DE COMERCIALIZAÇÃO | 4 |
| 5. PÚBLICO ALVO | 4 |
| 6. OBJETIVO | 4 |
| 7. ASPECTOS LEGAIS E REGULATÓRIOS | 5 |
| 8. LISTA DE TERMOS | 6 |
| 9. FERRAMENTAS DE SUPORTE | 7 |
| 10. PREMISSAS | 8 |
| 11. FLUXOGRAMA | 12 |
| 12. MATRIZ DE OPERACIONALIZAÇÃO | 13 |
| 13. CRONOGRAMA GERAL | 15 |
| 14. ANEXO | 16 |

| CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA | | |
|--|----------------------------------|----------|
| CÓDIGO PdC ME.07 | INÍCIO DE VIGÊNCIA 23.02.2010 | Versão 2 |
| NOME APURAÇÃO DE NÃO-CONFORMIDADES E PENALIDADES DE MEDIÇÃO | | |

1. APROVAÇÃO

Início de Vigência do Procedimento de Comercialização: 23.02.2010.

Aprovado pelo Despacho ANEEL nº 391, de 22.02.2010.

2. HISTÓRICO DE REVISÕES

- **Versão 1**

Elaborada versão inicial do documento.

- **Versão 2**

23.02.2010

Detalhamento nas premissas relacionadas às infrações referentes ao SMF e a penalidades, contemplando o disposto nas Regras de Comercialização – versão 2009 e Convenção de Comercialização (REN nº 348/2009).

3. PROCESSO ORIGEM

Cadeia de Valor da CCEE



4. NOME E CÓDIGO DO PROCEDIMENTO DE COMERCIALIZAÇÃO

Apuração de Não-Conformidades e Penalidades de Medição – ME.07.

5. PÚBLICO ALVO

- 5.1. Agente da CCEE
- 5.2. Superintendência da CCEE
- 5.3. Conselho de Administração da CCEE

6. OBJETIVO

Estabelecer a metodologia de apuração e o processo para a aplicação de penalidades por infração na instalação e/ou adequação do Sistema de Medição para Faturamento - SMF, por infração na inspeção lógica e por infração na coleta de dados de medição pelo SCDE.

7. ASPECTOS LEGAIS E REGULATÓRIOS

- 7.1. Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996 - Institui a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), disciplina o regime das concessões de serviços públicos de energia elétrica, e dá outras providências.
- 7.2. Resolução nº 281, de 1º de outubro de 1999 - Estabelece as condições gerais de contratação do acesso, compreendendo o uso e a conexão, aos sistemas de transmissão e distribuição de energia elétrica.
- 7.3. Resolução ANEEL nº 344, de 25 de junho de 2002 - Fixa as datas limite para entrada em operação comercial do sistema de medição de faturamento de energia elétrica e estabelece a responsabilidade pela respectiva implementação.
- 7.4. Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004 - Dispõe sobre a comercialização de energia elétrica, altera as Leis nºs 5.655, de 20 de maio de 1971, 8.631, de 4 de março de 1993, 9.074, de 7 de julho de 1995, 9.427, de 26 de dezembro de 1996, 9.478, de 6 de agosto de 1997, 9.648, de 27 de maio de 1998, 9.991, de 24 de julho de 2000, 10.438, de 26 de abril de 2002, e dá outras providências.
- 7.5. Resolução Normativa ANEEL nº 67, de 08 de junho de 2004 - Estabelece critérios para a composição da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, e dá outras providências.
- 7.6. Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004 - Regulamenta a comercialização de energia elétrica, o processo de outorga de concessões e de autorizações de geração de energia elétrica, e dá outras providências.
- 7.7. Decreto nº 5.177, de 12 de agosto de 2004 - Regulamenta os arts. 4º e 5º da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, e dispõe sobre a organização, as atribuições e o funcionamento da CCEE.
- 7.8. Resolução Normativa ANEEL nº 109, de 26 de outubro de 2004 - Institui a Convenção de Comercialização de Energia Elétrica.
- 7.9. Resolução Normativa ANEEL nº 247, de 21 de dezembro de 2006 - Estabelece as condições para a comercialização de energia elétrica, oriunda de empreendimentos de geração que utilizem fontes primárias incentivadas, com unidade ou conjunto de unidades consumidoras cuja carga seja maior ou igual a 500 kW, no âmbito do Sistema Interligado Nacional - SIN.
- 7.10. Resolução Normativa ANEEL nº 248, de 23 de janeiro de 2007 - Altera dispositivos da Resolução Normativa nº 67, de 8 de junho de 2004, bem como da Resolução nº 281, de 1º de outubro de 1999, e dá outras providências.
- 7.11. Resolução Autorizativa nº 787, de 23 de janeiro de 2007 - Autoriza a utilização, em caráter provisório, da Revisão I do Módulo 12 dos Procedimentos de Rede.
- 7.12. Lei nº 11.488, de 11 de junho de 2007 - Cria o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra - Estrutura - REDI; reduz para 24 (vinte e quatro) meses o prazo mínimo para utilização dos créditos da contribuição para o PIS / PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, decorrentes da aquisição de edificações; amplia o prazo para pagamento de impostos e contribuições; altera a Medida Provisória 2.158 - 35 de 24.08.2001, e as Leis 9.779 de 19.01.1999, 8.212 de 24.07.1991, 10.666 de 08.05.2003, 10.637 de 30.12.2002, 4.502 de 30.11.1964, 9.430 de 27.12.1996, 10.426 de 24.04.2002, 10.833 de 29.12.2003, 10.892 de 13.07.2004, 9.074 de 07.07.1995, 9.427 de 26.12.1996, 10.438 de 26.04.2002, 10.848 de 15.03.2004, 10.865 de 30.04.2004, 10.925 de 23.07.2004 e 11.196 de 21.11.2005; e revoga dispositivos das Leis 4.502 de 30.11.1964, 9.430 de 27.12.1996 e do Decreto - Lei 1.593 de 21.12.1977, e dá outras providências.

| CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA | | |
|--|----------------------------------|----------|
| CÓDIGO PdC ME.07 | INÍCIO DE VIGÊNCIA 23.02.2010 | Versão 2 |
| NOME APURAÇÃO DE NÃO-CONFORMIDADES E PENALIDADES DE MEDIÇÃO | | |

8. LISTA DE TERMOS

Este Procedimento de Comercialização utiliza os seguintes termos e expressões, cujas definições são encontradas no PdC Glossário Termos da CCEE.

- Agente Associado
- Agente da CCEE ou Agente
- Agente Vinculado
- Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)
- Conselho de Administração da CCEE
- Consumidor Livre
- Contabilização
- du
- Sistema de Coleta de Dados de Energia (SCDE)
- Sistema de Contabilização e Liquidação (SCL)
- Sistema de Medição para Faturamento (SMF)
- Superintendência da CCEE

9. FERRAMENTAS DE SUPORTE

| FERRAMENTA | DESCRIÇÃO |
|-------------------------------------|---|
| Termo de Notificação | <ul style="list-style-type: none"> Documento de notificação enviado ao representante legal do agente, informando a penalidade de medição específica, o qual conterá as seguintes informações: <ul style="list-style-type: none"> a) Identificação da CCEE e respectivo endereço; b) Mês de referência e número do Termo de Notificação; c) Nome, endereço e qualificação do agente notificado; d) Indicação do agente associado e/ou agente vinculado, caso aplicável. e) Descrição dos fatos levantados; f) Indicação do dispositivo regulatório descumprido; g) Indicação e valor em moeda nacional corrente da penalidade de multa aplicável; h) Prazo para apresentação da eventual contestação ao Termo de Notificação e indicação de destinatário e local para seu encaminhamento; i) Local e data da expedição do Termo de Notificação; j) Assinatura do Superintendente da CCEE. |
| Contestação ao Termo de Notificação | <ul style="list-style-type: none"> Documento a ser elaborado em papel timbrado pelo agente notificado, o qual deverá conter, no mínimo, as informações a seguir relacionadas: <ul style="list-style-type: none"> a) Mês de referência e número do Termo de Notificação; b) Qualificação do agente da CCEE notificado; c) Endereço eletrônico do agente notificado para recebimento de comunicações posteriores; d) Os fatos e os fundamentos técnicos de contestação; e) As provas com que o agente notificado pretende demonstrar a veracidade dos fatos alegados, caso aplicável; f) Local e data do documento; g) Identificação e assinatura do representante legal do agente da CCEE notificado. Quando for nomeado representante com poderes específicos para atuar no âmbito do processo relativo à aplicação de penalidades, deverá ser apresentado instrumento de mandato com poderes de representação, caso aplicável; h) Anexos contendo os documentos citados no corpo da contestação ao Termo de Notificação. |

10. PREMISSAS

10.1. Premissas Gerais

- 10.1.1. As penalidades de medição serão apuradas por ponto de medição.
- 10.1.2. As penalidades relativas a não conformidades do Sistema Medição para Faturamento serão classificadas de acordo com os grupos a seguir:
 - i. Adequação do Sistema de Medição para Faturamento;
 - ii. Inspeção lógica;
 - iii. Coleta de dados de medição pelo SCDE.
- 10.1.3. As infrações tipificadas neste Procedimento de Comercialização sujeitarão os aAgentes de medição do SCDE à penalidade de multa.
- 10.1.4. Para o mesmo período de apuração, os agentes de medição do SCDE que forem penalizados por infração do grupo i, não terão apuradas as penalidades para os grupos ii e iii, para o(s) respectivo(s) ponto(s) de medição considerado(s).
- 10.1.5. Apuradas quaisquer infrações dos grupos i, ii ou iii, a Superintendência da CCEE encaminhará Termo de Notificação para cada tipo de infração apurada, especificando os pontos de medição irregulares por meio de carta registrada assinada pelo Superintendente da CCEE, e com aviso de recebimento dos correios (AR).
- 10.1.6. O agente notificado poderá apresentar contestação ao Termo de Notificação no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento do Termo de Notificação. Para tanto, deverá encaminhar a contestação ao Termo de Notificação à Superintendência da CCEE, tempestivamente, no endereço da Alameda Santos, 745 - Cerqueira César - São Paulo - SP CEP: 01419-001, A/C da Central de Documentação - CEDOC, das 08h00 às 18h00.
- 10.1.7. As contestações recebidas serão encaminhadas pela Superintendência da CCEE, acompanhadas de parecer técnico e de toda a documentação inerente a cada processo, ao Conselho de Administração para avaliação e deliberação.
- 10.1.8. Para apresentação de seu voto e deliberação do Conselho de Administração da CCEE, o relator do processo poderá efetuar diligência, pedir esclarecimentos e/ou a apresentação de documentos, análises e outros subsídios que entender necessários, hipótese na qual a avaliação do processo ficará sobrestada pelo tempo necessário.
- 10.1.9. O Conselho de Administração da CCEE, decidindo pelo provimento do pedido do agente de medição do SCDE, apresentado na contestação ao Termo de Notificação, determinará o arquivamento do Termo de Notificação em relação ao(s) ponto(s) de medição considerado(s).
- 10.1.10. Negado provimento total ou parcial ao pedido constante da contestação, o Conselho de Administração da CCEE determinará aplicação da penalidade de multa, que será incluída no processo de cobrança de penalidades, conforme Procedimento de Comercialização específico, cujo valor terá a destinação definida conforme Regras de Comercialização.
- 10.1.11. A decisão do Conselho de Administração da CCEE será informada ao respectivo agente de medição do SCDE pela Superintendência, mediante carta registrada e com aviso de recebimento dos correios (AR).
 - a. Após a decisão do Conselho, o agente de medição do SCDE poderá apresentar a um pedido de reconsideração, dentro de 5 dias úteis.
- 10.1.12. Caso o agente de medição do SCDE notificado não apresente a contestação ao Termo de Notificação no prazo estabelecido neste Procedimento de Comercialização, a penalidade aplicada será incluída no processo de cobrança de penalidades, conforme Procedimento de Comercialização específico.
- 10.1.13. Todos os valores de penalidades a serem pagas pelos agentes de medição do SCDE constarão de relatórios específicos divulgados mensalmente pela CCEE, sendo de responsabilidade dos agentes a verificação desses documentos no conteúdo exclusivo do site da CCEE e o pagamento dos valores devidos na data da respectiva liquidação financeira.

- 10.1.14. O pagamento das penalidades de multa pelo agente de medição do SCDE não o exime de atender às determinações relativas à regularização das não-conformidades indicadas nos respectivos Termos de Notificação.
- 10.1.15. Para as infrações do grupo i, a permanência de SMF não adequado após 120 dias corridos, contados a partir da cobrança da penalidade anterior, constitui fato gerador da reincidência. Neste caso, a multa aplicável terá seu valor dobrado, uma única vez.
- 10.1.16. Para as penalidades dos grupos ii e iii, a apuração será mensal e não se aplica a duplicação da multa.
- 10.1.17. Conforme estabelecido, respectivamente no PdC AG.01 – Adesão à CCEE e PdC AM.12 – Representação Contábil de Agentes, a penalidade apurada ao agente associado, agente vinculado e os agentes de participação facultativa na CCEE, devidamente representado, levará em conta sua configuração contábil na CCEE, e será informada ao respectivo Agente Principal ou Representante por meio do Termo de Notificação, os quais serão responsáveis pelo pagamento.
- 10.1.18. Se o agente de medição do SCDE cometer, simultaneamente, infrações dos grupos ii e iii, ser-lhe-ão aplicadas, cumulativamente, as penalidades a elas cominadas.
- 10.1.19. Para os pontos de medição relativos a consumidores livres e especiais que estejam conectados à Rede Básica e que tenham como agente de medição do SCDE o agente de transmissão, a apuração da não-conformidade será realizada pela CCEE e o processo será encaminhado para providências da Aneel.
- 10.1.20. Para os pontos de agentes de medição conectados à transmissora a apuração da não conformidade será realizada pela CCEE e, quando verificada a responsabilidade da transmissora, o processo será encaminhado para providências da Aneel.
- 10.2. **Premissas Específicas para a Infração na Adequação do Sistema de Medição para Faturamento**
- 10.2.1. A infração relativa ao grupo i estará configurada quando for constatada uma ou mais das seguintes hipóteses:
- Ponto de medição não cadastrado no SCDE;
 - Ponto de medição cadastrado, porém que não tenha apresentado projeto e/ou relatório de comissionamento aprovado pelo ONS;
 - Ponto de medição cadastrado, porém sem permitir o acesso da CCEE aos medidores, ou seja, nenhuma tentativa de acesso bem sucedida;
 - Ponto de medição cadastrado, porém não conectado ou com coleta instável no SCDE, assim entendido aquele que não apresente coleta de dados do ponto de medição, no mínimo, por 7 (sete) dias consecutivos, tanto para os medidores principal e retaguarda ou como para os de bruta;
 - Ponto de medição cadastrado, porém sem medidor de retaguarda.
- 10.2.2. O fato de a concessionária, permissionária ou autorizada possuir a responsabilidade técnica ou financeira pela instalação e/ou manutenção do Sistema de Medição para Faturamento não exime o consumidor livre e o consumidor especial de eventuais penalidades de multa decorrentes de Infração na adequação do sistema de medição para faturamento, quando estes forem os causadores de fato impeditivo para a adequação.
- 10.2.3. Para a análise simultânea da responsabilidade a CCEE encaminhará termo de notificações para ambos, sendo que somente será possível a penalização do responsável.
- 10.2.4. O fato de a concessionária de transmissão efetuar a compra dos equipamentos de medição para faturamento, cobrando os encargos de conexão da concessionária, permissionária ou autorizada de distribuição, não exime a distribuidora acessante de eventuais penalidades decorrentes de infração na adequação do Sistema de Medição para Faturamento.
- 10.2.5. A penalidade de multa por infração na adequação do Sistema de Medição para Faturamento, aplicável para cada ponto de medição irregular do agente de medição do

SCDE, corresponde a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), multiplicados pelo Fator de Penalidade – FPE:

- FPE=1, para o nível de tensão inferior a 30 kV;
- FPE=2, para o nível de tensão igual ou maior que 30 kV e inferior a 69 kV;
- FPE=4, para o nível de tensão igual ou maior que 69 kV e inferior a 88 kV;
- FPE=8, para o nível de tensão igual ou maior que 88 kV e inferior a 230 kV; e
- FPE=16, para o nível de tensão igual ou superior a 230 kV.

10.3. Premissas Específicas para Penalidade por Infração na Inspeção Lógica

- 10.3.1. Entende-se por inspeção lógica a coleta, pela CCEE, dos parâmetros e dados diretamente de todos os medidores que compõem o ponto de medição do agente de medição do SCDE (principal e retaguarda ou bruta), sem interferência ou intervenção do agente.
- 10.3.2. São passíveis de inspeção lógica os pontos de medição que não apresentem nenhuma das irregularidades descritas na premissa 10.2.1.
- 10.3.3. Os agentes de medição do SCDE são responsáveis por realizar permanentemente o monitoramento do *link* de acesso aos medidores pelo SCDE, de forma a garantir a inspeção lógica como definida na premissa 10.3.1.
- 10.3.4. A infração por inspeção lógica estará configurada quando for constatado o não funcionamento do *link* de acesso aos medidores pelo SCDE, ocasionando, pelo menos, 03 (três) tentativas fracassadas e consecutivas de inspeção lógica pela CCEE.
- 10.3.5. A CCEE, após a primeira tentativa de coleta fracassada, comunicará formalmente o agente de medição do SCDE de sua condição irregular por meio do envio de e-mail automático. A segunda tentativa só será realizada pela CCEE após a resposta do agente deste e-mail via Central de Atendimento, ou transcorridos 3 (três) dias úteis de seu envio, o que ocorrer primeiro. A terceira tentativa será feita com o intervalo mínimo de 1 (um) dia após a segunda.
- 10.3.6. A apuração de infração na inspeção lógica terá como base cada mês civil.
- 10.3.7. A penalidade de multa por infração de inspeção lógica corresponde ao montante de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais), multiplicados pelo fator de penalidade – FPE, aplicável para cada ponto de medição irregular do agente de medição do SCDE:
 - FPE=1, para o nível de tensão inferior a 30 kV;
 - FPE=2, para o nível de tensão igual ou maior que 30 kV e inferior a 69 kV;
 - FPE=4, para o nível de tensão igual ou maior que 69 kV e inferior a 88 kV;
 - FPE=8, para o nível de tensão igual ou maior que 88 kV e inferior a 230 kV; e
 - FPE=16, para o nível de tensão igual ou superior a 230 kV.
- 10.3.8. Os agentes de medição do SCDE devem informar à CCEE, por meio do módulo de notificações do SCDE, as intervenções realizadas no Sistema de Medição para Faturamento ocasionadas por manutenção preventiva ou corretiva, conforme prazos estabelecidos nos Procedimentos de Rede, incluindo problemas ocorridos com as operadoras de telecomunicações. A CCEE avaliará as informações apresentadas pelo agente de medição do SCDE e poderá isentá-lo da aplicação da penalidade de multa, caso reste comprovado que as manutenções eram necessárias e implicaram intervenções no Sistema de Medição para Faturamento.

10.4. Premissas Específicas para Penalidade por Infração na Coleta de Dados de Medição pelo SCDE.

- 10.4.1. São passíveis de coleta de dados de medição pelo SCDE os pontos de medição que não apresentem nenhuma das irregularidades descritas na premissa 10.2.1.
- 10.4.2. A infração por penalidades descritas no grupo iii configura-se com a ausência de coleta de dados por períodos maiores que 120 (cento e vinte) horas, ininterruptas, ou 240

| CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA | | |
|--|----------------------------------|----------|
| CÓDIGO PdC ME.07 | INÍCIO DE VIGÊNCIA 23.02.2010 | Versão 2 |
| NOME APURAÇÃO DE NÃO-CONFORMIDADES E PENALIDADES DE MEDIÇÃO | | |

(duzentos e quarenta) horas alternadas sem coletas para o mês de apuração da penalidade, em decorrência de uma das seguintes hipóteses:

a) não disponibilização, pelo agente de medição do SCDE, dos arquivos xml em sua UCM, no caso de coleta indireta pelo SCDE;

b) impossibilidade de acesso aos medidores pelo SCDE, no caso de coleta direta;

c) rejeição dos dados em decorrência dos processos de tratamento do SCDE, tanto no caso da coleta direta quanto indireta via UCM.

10.4.3. A CCEE constatará a infração por meio da informação contida na coluna "Motivo da Situação", do Relatório de Medidas Consolidadas do SCDE, com a observação "fora de tolerância" ou "hora faltante".

10.4.4. Os agentes de medição do SCDE devem consultar, diariamente, por meio de solicitação de relatórios no SCDE, a situação de coleta de dados de pontos de medição de sua responsabilidade, para adotar as medidas cabíveis para eventual regularização.

10.4.5. A eventual inserção de dados de medição conforme premissas descritas nos termos do PdC ME.01 – Registrar Dados de Medição no SCL, não exime o agente de medição do SCDE de eventual aplicação da penalidade prevista nessa seção.

10.4.6. O valor da penalidade de multa por infração de coleta de dados de medição pelo SCDE será obtido multiplicando-se o valor monetário do valor de referência, definido pela Aneel, pela quantidade de horas apuradas conforme o item 10.4.2, e pelo Fator de Penalidade – FPE, para cada ponto de medição irregular do agente de medição do SCDE.

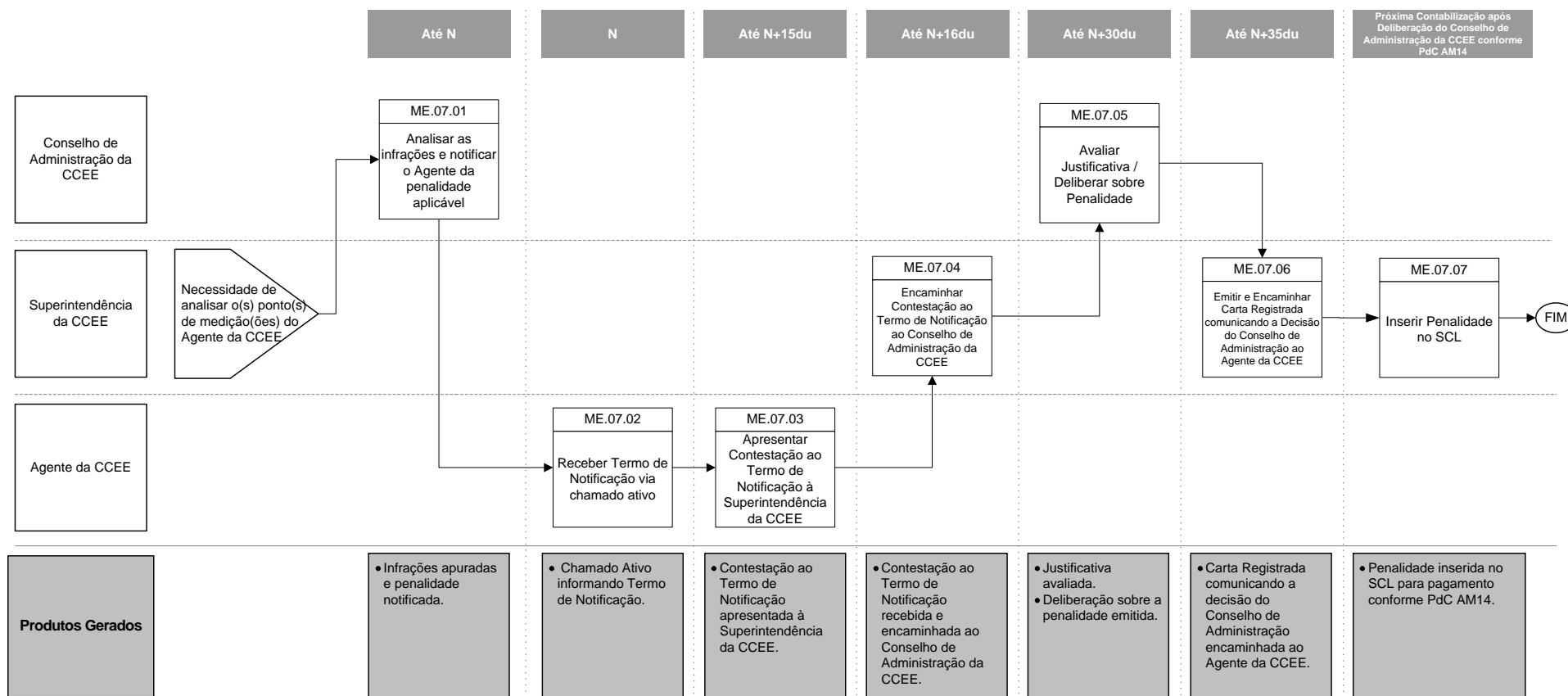
- FPE=1, para o nível de tensão inferior a 30 kV;
- FPE=2, para o nível de tensão igual ou maior que 30 kV e inferior a 69 kV;
- FPE=4, para o nível de tensão igual ou maior que 69 kV e inferior a 88 kV;
- FPE=8, para o nível de tensão igual ou maior que 88 kV e inferior a 230 kV; e
- FPE=16, para o nível de tensão igual ou superior a 230 kV.

10.4.7. Os agentes de medição do SCDE devem informar, à CCEE, por meio do módulo de notificações do SCDE, as intervenções realizadas no SMF ocasionadas por manutenção preventiva ou corretiva, conforme prazos estabelecidos no Procedimento de Rede. A CCEE avaliará as informações e documentos apresentados pelo agente e poderá isentá-lo da aplicação da penalidade de multa caso reste comprovado que as manutenções eram necessárias e implicaram em intervenções no Sistema de Medição para Faturamento.

10.4.8. Os agentes de medição do SCDE não estarão sujeitos à aplicação de penalidades quando eventuais problemas de estabilidade na comunicação, que afetem a coleta diária de dados de medição, sejam de responsabilidade da CCEE.

11. FLUXOGRAMA

11.1. Aferir infração(ões) e Aplicar penalidade(s)



| CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA | | |
|--|----------------------------------|----------|
| CÓDIGO PdC ME.07 | INÍCIO DE VIGÊNCIA 23.02.2010 | Versão 2 |
| NOME APURAÇÃO DE NÃO-CONFORMIDADES E PENALIDADES DE MEDIÇÃO | | |

12. MATRIZ DE OPERACIONALIZAÇÃO

12.1. Aferir infração(ões) e Aplicar penalidade(s)

| ATIVIDADE | RESPONSÁVEL | DETALHAMENTO | FERRAMENTA | PRODUTOS GERADOS | PRAZO |
|---|-----------------------------------|---|-------------------------------------|--|------------|
| Analisar as infrações e notificar o agente da penalidade aplicável | Conselho de Administração da CCEE | <ul style="list-style-type: none"> Analisar cada infração apurada; Notificar o agente da penalidade aplicável. <p>Nota: A Superintendência da CCEE encaminhará, se for o caso, Termo de Notificação ao agente responsável.</p> | | Infrações apuradas e penalidade notificada. | Até N |
| Receber Termo de Notificação | Agente da CCEE | <ul style="list-style-type: none"> Receber o(s) Termo(s) de Notificação. <p>Nota: O agente receberá um Termo de Notificação para cada tipo de infração apurada, especificando cada ponto de medição irregular.</p> | Termo de Notificação | Termo de Notificação recebido pelo agente da CCEE. | N |
| Apresentar contestação ao Termo de Notificação à Superintendência da CCEE | Agente da CCEE | <ul style="list-style-type: none"> Elaborar e encaminhar contestação da Notificação ao Conselho de Administração da CCEE para o endereço Alameda Santos, 745 - Cerqueira César - São Paulo - SP CEP: 01419-001, A/C Central de Documentação - CEDOC, das 08h00 às 18h00. <p>Nota: Caso o agente notificado opte por não apresentar a Contestação ao Termo de Notificação, a penalidade será incluída na primeira contabilização imediatamente posterior.</p> | Contestação ao Termo de Notificação | Contestação ao Termo de Notificação apresentada à Superintendência da CCEE. | Até N+15du |
| Encaminhar contestação ao Termo de Notificação ao Conselho de Administração da CCEE | Superintendência da CCEE | <ul style="list-style-type: none"> Receber e encaminhar a contestação ao Termo de Notificação ao Conselho de Administração da CCEE. | Contestação ao Termo de Notificação | Contestação ao Termo de Notificação recebida e encaminhada ao Conselho de Administração da CCEE. | Até N+16du |

| CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA | | |
|--|----------------------------------|----------|
| CÓDIGO PdC ME.07 | INÍCIO DE VIGÊNCIA 23.02.2010 | Versão 2 |
| NOME APURAÇÃO DE NÃO-CONFORMIDADES E PENALIDADES DE MEDIÇÃO | | |

| ATIVIDADE | RESPONSÁVEL | DETALHAMENTO | FERRAMENTA | PRODUTOS GERADOS | PRAZO |
|--|---|--|---|--|--|
| Avaliar justificativa / Deliberar sobre penalidade | Conselho de Administração da CCEE | <ul style="list-style-type: none"> Receber contestação ao Termo de Notificação. Eleger, dentre os Conselheiros da CCEE, um responsável pela condução dos trabalhos inerentes ao processo de contestação ao Termo de Notificação. Analisar a contestação da notificação. Julgar a aplicação da penalidade. Emitir deliberação sobre a aplicação da penalidade. | Contestação ao Termo de Notificação | Justificativa avaliada. Deliberação sobre a penalidade emitida. | Até N+30du |
| Emitir e encaminhar carta registrada comunicando a decisão do Conselho de Administração ao Agente da CCEE | Superintendência da CCEE | <ul style="list-style-type: none"> Emitir e encaminhar ao agente da CCEE carta registrada e com aviso de recebimento (AR), assinada pelo Superintendente da CCEE, comunicando a decisão do Conselho de Administração da CCEE sobre a contestação ao Termo de Notificação. | | Carta registrada comunicando a decisão do Conselho de Administração encaminhada ao agente da CCEE. | Até N+35du |
| Inserir penalidade no SCL | Superintendência da CCEE | <ul style="list-style-type: none"> Inserir no SCL penalidade a ser aplicada ao agente notificado, com base na deliberação do Conselho de Administração da CCEE. | SCL | Penalidade inserida no SCL. | Próxima contabilização após deliberação do Conselho de Administração da CCEE, conforme PdC AM.14 |

Legenda:

N: data de recebimento do Termo de Notificação pelo agente da CCEE.

du: dias úteis.

| CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA | | |
|--|----------------------------------|----------|
| CÓDIGO PdC ME.07 | INÍCIO DE VIGÊNCIA 23.02.2010 | Versão 2 |
| NOME APURAÇÃO DE NÃO-CONFORMIDADES E PENALIDADES DE MEDIÇÃO | | |

13. CRONOGRAMA GERAL

13.1. Aferir infração(ões) e Aplicar penalidade(s).

| PRODUTO GERADO | CRONOGRAMA | | | | | | |
|--|------------|---|------------|------------|------------|------------|--|
| Analisar as infrações e notificar o agente da penalidade aplicável | Até N | | | | | | |
| Termo de Notificação recebido pelo agente da CCEE. | | N | | | | | |
| Contestação ao Termo de Notificação apresentada à Superintendência da CCEE. | | | Até N+15du | | | | |
| Contestação ao Termo de Notificação recebida e encaminhada ao Conselho de Administração da CCEE. | | | | Até N+16du | | | |
| Justificativa avaliada. | | | | | Até N+30du | | |
| Deliberação sobre a penalidade emitida. | | | | | Até N+30du | | |
| Carta registrada comunicando a decisão do Conselho de Administração encaminhada ao agente da CCEE. | | | | | | Até N+35du | |
| Penalidade inserida no SCL. | | | | | | | Próxima contabilização após deliberação do Conselho de Administração da CCEE |

14. ANEXO

14.1 – Termo de Notificação – Infração na Adequação do Sistema de Medição para Faturamento

Termo de Notificação – TN

1. Emissor

TN xxxx/200x

Nome:

Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Endereço:

Alameda Santos, 745 – 9º andar, São Paulo – SP

2. Empresa Notificada

Nome:

CNPJ:

Classe no âmbito da CCEE:

Endereço:

3. Descrição da Não-conformidade

Ponto de Medição (Código 13 dígitos e Descritivo)

A CCEE constatou que o Sistema de Medição para Faturamento relativo ao ponto de medição acima especificado não foi adequado, tendo sido identificada(s) a(s) seguinte(s) não-conformidade(s):

INSERIR ESPECIFICAÇÃO DA NÃO-CONFORMIDADE CONSTANTE DA PREMISSA 10.2.1

4. Mês de Referência

5. Enquadramento (Dispositivo Legal ou Regulamentar Infringido)

Referida(s) não-conformidade(s) configura(m) o descumprimento dos preceitos da Lei nº 10.848, de 15.03.2004, do Decreto nº 5.177, de 12.08.2004, da Convenção de Comercialização, aprovada pela Resolução Normativa ANEEL nº 109, de 26.10.2004, da Resolução ANEEL nº 344, de 25.07.2002, da Resolução Normativa ANEEL nº 67, de 08.06.2004, da Resolução Normativa ANEEL nº 248, de

6. Penalidade de medição

Penalidade de medição aplicável, conforme PdC ME.07 -
Apuração de Não-Conformidades e Penalidades de Medição

R\$ XXX.XXX,XX

São Paulo,.....dede

.....
Superintendente da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica

O Agente notificado que optar por apresentar Contestação deverá encaminhá-la à Superintendência da CCEE, no endereço: Alameda Santos, 745, 9º andar, Cerqueira César, São Paulo, SP, CEP 01419-001, com identificação e assinatura do Representante Legal.

O prazo para apresentação de Contestação é de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir do recebimento desta notificação.

Caso o Agente não apresente Contestação, ou apresente Contestação intempestiva, a penalidade de multa constante deste Termo de Notificação será incluída na primeira Contabilização posterior ao vencimento do prazo, obedecido o Procedimento de Comercialização PdC CZ.01 – Cronograma Geral de Contabilização.

14.2 – Termo de Notificação – Infração na Coleta de Dados de Medição pelo SCDE

| Termo de Notificação – TN | |
|---|--|
| 1. Emissor | TN xxxx/200x |
| Nome: | Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE |
| Endereço: | Alameda Santos, 745 – 9º andar, São Paulo – SP |
| 2. Empresa Notificada | |
| Nome: | |
| CNPJ: | |
| Classe no âmbito da CCEE: | |
| Endereço: | |
| 3. Descrição da Não-conformidade | |
| <p>Ponto de Medição (<i>Código 13 dígitos e Descritivo</i>)</p> <p>A CCEE constatou a impossibilidade de coleta de dados de medição por meio do SCDE, relativo ao ponto de medição especificado, no total de XXXXX horas faltantes, em desconformidade com os termos previstos no Procedimento de Comercialização ME.07 – Apuração de Não Conformidades e Penalidades de Medição.</p> | |
| 4. Mês de Referência | |
| 5. Enquadramento (Dispositivo Legal ou Regulamentar Infringido) | |
| <p>Referida(s) impossibilidade(s) configura(m) o descumprimento dos preceitos da Resolução ANEEL nº 344, de 25.07.2002, Resolução Normativa ANEEL nº 67, de 08.06.2004, da Resolução Normativa ANEEL nº 248, de 23.01.2007, do Módulo 12 dos Procedimentos de Rede do ONS e do Procedimento de Comercialização ME.07 e enseja(m) a aplicação da penalidade abaixo especificada.</p> | |
| 6. Penalidade de medição | |
| Penalidade de medição aplicável, conforme PdC ME.07 - Apuração de Não-Conformidades e Penalidades de Medição | R\$ XXX.XXX,XX |

São Paulo,.....dede

.....
Superintendente da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica

O Agente notificado que optar por apresentar Contestação deverá encaminhá-la à Superintendência da CCEE, no endereço: Alameda Santos, 745, 9º andar, Cerqueira César, São Paulo, SP, CEP 01419-001, com identificação e assinatura do Representante Legal. O prazo para apresentação de Contestação é de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir do recebimento desta notificação. Caso o Agente não apresente Contestação, ou apresente Contestação intempestiva, a penalidade de multa constante deste Termo de Notificação será incluída na primeira Contabilização posterior ao vencimento do prazo, obedecido o Procedimento de Comercialização PdC CZ.01 – Cronograma Geral de Contabilização.

14.3 – Termo de Notificação – Penalidade por Infração na Inspeção Lógica

| Termo de Notificação – TN | |
|---|--|
| 1. Emissor | TN xxxx/200x |
| Nome: | Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE |
| Endereço: | Alameda Santos, 745 – 9º andar, São Paulo – SP |
| 2. Empresa Notificada | |
| Nome: | |
| CNPJ: | |
| Classe no âmbito da CCEE: | |
| Endereço: | |
| 3. Descrição da Não-conformidade | |
| <p>Ponto de Medição (<i>Código 13 dígitos e Descritivo</i>)</p> <p>A CCEE constatou a impossibilidade de realizar a Inspeção Lógica no Sistema de Medição para Faturamento relativo ao ponto de medição especificado, pelo período de XXXXXXXXX, nos termos previstos no Procedimento de Comercialização ME.07 – Apuração de Não Conformidades e Penalidades de Medição.</p> | |
| 4. Mês de Referência | |
| 5. Enquadramento (Dispositivo Legal ou Regulamentar Infringido) | |
| <p>Referida impossibilidade configura o descumprimento dos preceitos da Resolução ANEEL nº 344, de 25.07.2002, Resolução Normativa ANEEL nº 67, de 08.06.2004, da Resolução Normativa ANEEL nº 248, de 23.01.2007, do Módulo 12 dos Procedimentos de Rede do ONS e do Procedimento de Comercialização ME.07 e enseja(m) a aplicação da penalidade</p> | |
| 6. Penalidade de medição | |
| Penalidade de medição aplicável, conforme PdC ME.07 - Apuração de Não-Conformidades e Penalidades de Medição | R\$ XXX.XXX,XX |
| São Paulo,.....dede | |
| Superintendente da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica | |
| <p>O Agente notificado que optar por apresentar Contestação deverá encaminhá-la à Superintendência da CCEE, no endereço: Alameda Santos, 745, 9º andar, Cerqueira César, São Paulo, SP, CEP 01419-001, com identificação e assinatura do Representante Legal.</p> <p>O prazo para apresentação de Contestação é de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir do recebimento desta notificação.</p> <p>Caso o Agente não apresente Contestação, ou apresente Contestação intempestiva, a penalidade de multa constante deste Termo de Notificação será incluída na primeira Contabilização posterior ao vencimento do prazo, obedecido o Procedimento de Comercialização PdC CZ.01 – Cronograma Geral de Contabilização.</p> | |